



# 30 de Agosto

Agosto de 2012

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | [www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br)

## A pauta da educação e a margem fiscal

*Limite da LRF não significa falta de recursos*

Não tem margem fiscal, não tem negociação. Este é o discurso do governo estadual sobre a pauta de reivindicação da categoria, que inclui reajuste para professores e funcionários, pagamentos de promoções e progressões atrasadas, cargo de 40 horas, nomeação de agentes educacionais. Enfim, todos os itens que geram impactos financeiros. E por que não tem margem fiscal?

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) avaliou as contas do primeiro quadrimestre do governo e chegou à conclusão de que o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal foi atingido. Logo, o governo não pode gastar mais nada. O limite prudencial é de 46,55% e o quadrimestre atingiu 46,89%. Quando o limite prudencial é atingido, o TCE emite um sinal de alerta ao Estado com várias proibições de "gastos". Dentre elas as que citamos acima.

O que deve ser feito? A APP e o Fórum das Entidades Sindicais (FES) sempre contestaram os critérios dos cálculos do TCE. Eles incluem como gastos o imposto de renda e pensões como despesas de folha de pagamento. Esses itens foram retirados dos critérios em 2007, mas incluídos novamente nesse governo. As

entidades alertaram o governo que essa inclusão traria novos problemas. E foi o que ocorreu.

O governo sempre resistiu à ideia. Porém, agora, com o limite atingido, não pode nem fazer reajustes para os servidores e nem realizar empréstimos e outras operações financeiras para o Estado. Por isso, finalmente, decidiu-se criar essa margem fiscal - reivindicada há tempos pela APP e o Fórum. Essa mudança precisa ser votada e aprovada no Tribunal de Contas, que realiza sessões às quintas-feiras. O sindicato já esteve no TCE para sensibilizar o órgão sobre a importância da mudança de critério e como esta afetará as negociações com os trabalhadores da educação, bem como os servidores estaduais em geral.

E mais: o fato de atingir o limite da LRF é uma questão de cálculo. Isto não significa que o Estado não tem dinheiro. Segundo o economista do Dieese Cid Cordeiro a receita cresceu acima do esperado nos últimos sete meses. Houve um aumento de 15,63% em relação ao ano passado. Ou seja, há recursos, sim, para implantar os compromissos assumidos com a educação. Confira, ao lado, os itens centrais da negociação:



### Como preparar o debate na sua escola

No dia 29, data anterior ao **'Dia de Luto e de Luta da Educação do Paraná'** – o 30 de agosto –, os educadores têm um compromisso importante: preparar a participação de suas escolas na grande mobilização que ocorrerá em Curitiba. A preparação deve ser feita através da discussão deste jornal, que traz um cenário das negociações entre sindicato e governo do Estado. Também serão bem-vindas as faixas das escolas durante a mobilização, para mostrar a força dos estabelecimentos de ensino durante o ato. E vamos à luta!

## Reajuste dos funcionários

Os cálculos foram concluídos. A APP não admite que haja reajuste apenas para o Agente I. Exige que sejam para as duas tabelas. O sindicato reivindica 8,59%. A Seed debate internamente duas propostas: ou aumentar 3,54% para todos (que é a diferença para o salário mínimo regional, prometido pelo governo desde o início das negociações), ou o aumento de R\$ 100 no auxílio-transporte (que não constaria nos cálculos da LRF). Ambas as possibilidades gerariam um custo de R\$ 2 milhões na folha. A APP exige resolução até o dia 30 de agosto.

## Progressões e promoções

A Seed encaminhou para a Seap as progressões dos funcionários referentes ao mês de agosto e o sindicato acompanha esta tramitação. Quanto às promoções, além da turma do PDE 2009, existem outras em atraso. Neste quadro também devem ser adicionadas a progressão dos professores (implantação em outubro). A APP exige que os avanços sejam implementados imediatamente e que os atrasados sejam pagos.

## PSPN

Se aprovada a alteração, o governo se compromete a enviar imediatamente o Projeto de Lei de reajuste dos professores para a Assembleia Legislativa. A APP cobrou a preparação de duas folhas de pagamento: uma já com os 6,66%, ou a folha atual mais uma folha complementar. O governo mais uma vez se comprometeu com a retroatividade para julho.

## Plano de Carreira dos Funcionários

Já foi encaminhado para a Seap. A APP cobrou a planilha de impacto do plano e solicitou uma próxima reunião com a Secretaria de Administração para discutir estes dados.

# Categoria delibera pela luta coletiva para garantir hora-atividade

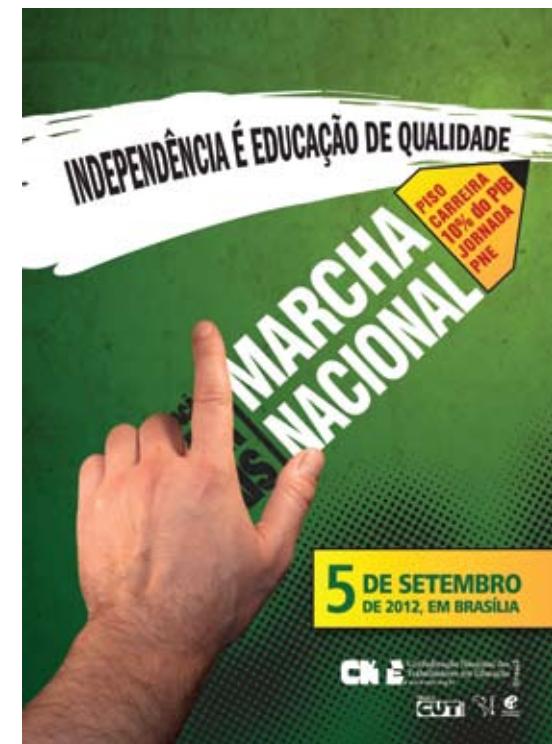
*Algumas entidades têm ingressado na justiça para exigir a hora-atividade de 33%. Muitas destas ações têm sido julgadas procedentes, mas em caráter liminar*

Nos últimos dias a APP-Sindicato tem recebido diversas indagações quanto à posição da entidade diante de liminares que professores e professoras conquistaram judicialmente, garantindo o imediato cumprimento de 1/3 de hora-atividade. A proposta de ação judicial foi debatida nas instâncias da APP: nos conselhos e nas assembleias estaduais dos dias 17 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012 e na assembleia do dia 5 de maio, quando foi acatada a proposta de implantação dos 33% de hora-atividade na sua totalidade para o início de 2013. A assembleia, instrumento soberano da categoria, decidiu pela **luta coletiva**, confirmada na negociação. A APP-Sindicato respeita a decisão tomada em assembleia e se mantém na luta para a garantia da implementação da hora atividade em 2013.

Alguns sindicatos têm ingressado com ações na justiça para exigir a hora-atividade de 33%. Muitas destas ações têm sido julgadas procedentes, porém em caráter liminar, e, por isso, elas

têm sido constantemente derrubadas, ficando os trabalhadores e trabalhadoras sem a implementação de sua pauta e à mercê do judiciário, que não tem prazo para julgamento das ações, pois, nesses casos, o processo de negociação foi rompido. A APP tem cobrado sistematicamente do governo o cumprimento da lei do PSPN na sua totalidade. Além disso, **continuaremos atentos e vigilantes, com a categoria mobilizada, para o cumprimento do que foi negociado.**

Cabe reafirmar que a entidade não faz a defesa da hora-atividade para que a mesma seja revertida, posteriormente, em aulas-extraordinárias. Não defendemos a hora-atividade 'paga'. Nem que na hora-atividade possam ser ministradas aulas dos projetos desenvolvidos pela escola. Defendemos a hora-atividade como um direito conquistado coletivamente, que serve aos interesses educacionais de uma escola com qualidade, é o tempo reservado para as ativi-



dades de estudo, reflexão e elaboração exigidas pela função profissional dos professores. Não é tempo de ócio que pode ser utilizado para outro fim que não seja o próprio pensar e repensar a ação do trabalho docente.

## 33% de hora-atividade é mais saúde e qualidade para a educação

Diminuir a jornada de trabalho dos educadores e educadoras em sala de aula, dos atuais 20% para 33% de hora-atividade, é mexer no cerne da organização escolar, diminuindo o ritmo de trabalho destes profissionais na relação com o educando. Diminuição de jornada é, na prática, mais qualidade para a educação, pois vai proporcionar mais tempo na execução de tarefas, com um melhor preparo das aulas junto aos alunos.

Além de contribuir na melhor organização do tempo escolar, a mudança poderá contribuir significativamente na melhora da saúde física e mental dos docentes que, em muitos casos, se encontram em processo de adoecimento, no dia-a-dia das escolas. A APP-Sindicato não defende a monetização (conversão em dinheiro) da hora-atividade.

Qual o sentido de no período destinado a preparação das aulas, e outras atividades, estarmos em atividade docente e recebendo a mais por isso? Tal situação é jogar fora toda a construção que estamos fazendo para melhorar a condição de trabalho docente, com mais saúde e qualidade para a educação.

A APP defende os 33% de hora-atividade imediata, no início do ano letivo de 2013, conforme compromisso assumido por este governo com a educação básica do Paraná. Mas o nosso horizonte é chegarmos aos 50% de hora-atividade, em que um período os professores e professoras estariam em sala de aula e no outro período extraclasse, cumprindo sua hora-atividade.



# Por um novo sistema de saúde que substitua o SAS

*APP e Fórum participam ativamente das negociações sobre o tema*

O Fórum das Entidades Sindicais (FES) e a APP-Sindicato estão em fase de negociações com o governo, discutindo e apresentando propostas para a constituição de um Novo Modelo de Saúde para os servidores. Segundo a previsão do superintendente do Departamento de Assistência à Saúde (DAS), o médico José Fernando de Macedo, as negociações devem ser finalizadas até o final de 2012.

**Co-participação dos servidores** - Desde o início das negociações sobre o novo modelo de saúde, o governo defende a contribuição paritária para a constituição de um Fundo de Saúde. Já o FES e a APP, uma maior contribuição do Estado para a gestão deste Fundo, que reduza o valor de coparticipação dos servidores. O DAS também informou que esta contribuição do servidor poderá ser debitada integralmente do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).



- Sindicatos também enviarão sugestões para melhorar texto.

## No novo modelo de saúde estão contemplados os seguintes princípios defendidos pelo FES:

- :: Descentralização com atendimento em quase todos os municípios.
- :: Pagamento por procedimentos realizados.
- :: Gestão paritária entre governo e servidores, visando a fiscalização do novo modelo.
- :: Ampla cobertura, garantindo, inclusive, órteses, próteses, ressonância magnética, cirurgia cardíaca e consultas nas especialidades de Psicologia e Fonodaulogia que, hoje, não são cobertos pelos SAS.

*“Uma das mais importantes pautas dos trabalhadores em educação, e dos servidores públicos estaduais é a criação de um novo modelo de saúde”.*

# Educadores devem participar de debate para garantir edital com princípios justos

No dia 6 de agosto, a Secretaria de Estado de Educação (Seed) disponibilizou para consulta pública a minuta do Edital do Concurso Público para professores. Após análise da minuta, a APP-Sindicato demonstrou contrariedade a algumas formulações do documento. A principal se referiu ao processo de avaliação dos candidatos ao concurso, especialmente no que diz respeito às etapas da prova prática e da prova psicológica. Essas duas fases priorizam a avaliação subjetiva dos candidatos.

Na prova prática, a decisão da aprovação ou eliminação do candidato ficará a cargo de uma banca composta por três pessoas, que publicarão, em edital, o resultado. O candidato não tem acesso à nota ao final de sua aula, ficando impossibilitado de argumentar em própria defesa caso necessite recorrer. Na avaliação psicológica, também de

caráter eliminatório, o candidato também não tem acesso ao laudo de sua avaliação.

Ter acesso às informações de cada etapa é uma reivindicação imediata. O candidato precisa acompanhar cada fase da própria avaliação. No caso da avaliação médica, a Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS) deverá gerar laudo que aponte de forma clara as causas da inaptidão (temporária ou não) do candidato e/ou se o mesmo está indicado, ou não, a assumir o cargo. Esses laudos devem ser disponibilizados ao candidato em meio eletrônico com a utilização da senha.

Precisamos garantir que os candidatos aprovados tenham o conhecimento exigido para o cargo, tanto dos fundamentos da educação, saberes que fundamentarão sua prática pedagógica, quanto de sua área específica. Mas precisamos partir do

princípio de que os candidatos não estarão prontos e acabados para exercerem sua profissão. Que uma prática pedagógica que garanta a aprendizagem efetiva é processo formativo construída no cotidiano escolar, que exige acompanhamento, orientação e formação continuada.

Propomos, então, que durante o estágio probatório haja um programa de formação específico para os ingressantes na carreira. Medida que visa garantir o desenvolvimento de um processo formativo adequado à atuação profissional do candidato e da candidata, compondo um sistema de avaliação processual diferente da perspectiva que se apresenta para os exames psicotécnicos e de prática. Outros itens que temos desacordo e sugestões de melhorias ao edital podem ser encontrados no portal da APP ([www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br)).

# 10% do PIB para educação ameaçado



Todo avanço na educação depende de recursos. Hoje, o Brasil investe apenas 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nesta área. Depois de muita pressão da sociedade civil, a comissão especial do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara Federal aprovou, no dia 26 de junho, a aplicação de 10% PIB nessa área em até 10 anos.

Porém, no início de agosto, 80 deputados assinaram o recurso que leva o Plano Nacional de Educação para discussão ao plenário da Câmara após as eleições municipais. Essa manobra coloca em risco a aprovação do PNE ainda em 2012 e a manutenção dos 10% do PIB aprovados na Comissão Especial de Educação, pois a matéria será debatida, agora, por todos os deputados, terá de passar pelo Senado e, se receber emen-

das, retornará à Câmara Federal.

**Mobilização** – No dia 5 de setembro, os sindicatos da CNTE e CUT marcharão em Brasília para cobrar a aprovação imediata do PNE. Também a destinação dos royalties do Pré-sal para o setor e o cumprimento da Lei do Piso em todo o país. Em Curitiba, uma panfletagem será realizada, a partir das 10h, na Boca Maldita (centro da cidade).

Outra forma de se mobilizar é pressionando os deputados para que estes retirem a assinatura do recurso. Três já retiraram. Segue, ao lado, os deputados do Paraná que assinaram o recurso. Ligue, envie email, fale com o deputado de sua região. Reforce essa luta nacional pela conquista de mais recursos para a educação pública.

Confira também, no portal ([www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br)) da APP, a lista dos deputados contra a educação e seus contatos.

## Deputados que assinaram o recurso

### Andre Vargas PT/PR:

andrevargaspt@sercomtel.com.br  
Telefone: (61) 3215-5923  
Fax: 3215-2923

### Dilceu Sperafico PP/PR:

dep.dilceusperafico@camara.gov.br  
Telefone: (61) 3215-5746  
Fax: 3215-2746

### Edmar Arruda PSC/PR:

dep.edmararruda@camara.gov.br  
Telefone: (61) 3215-5962  
Fax: 3215-2962

### Nelson Meurer PP/PR:

dep.nelsonmeurer@camara.gov.br  
Telefone: (61) 3215-5916  
Fax: 3215-2916

### Nelson Padovani PSC/PR:

dep.nelsonpadovani@camara.gov.br  
Telefone: (61) 3215-5513  
Fax: 3215-2513

### Reinhold Stephanes PSD/PR:

dep.reinholdstephanes@camara.gov.br  
Telefone: (61) 3215-5820  
Fax: 3215-2820

## Educadores em alerta se mobilizam

Os trabalhadores em educação estão mobilizados em defesa do cumprimento, por parte do governo, dos compromissos assumidos com a categoria. No dia 7 de agosto, 'Dia dos Funcionários da Educação', centenas de educadores estiveram presentes ao ato organizado pela APP em frente à Seed. No último dia 16, a educação também marcou presença na mobilização promovida pelo Fórum das Entidades Sindicais (FES), em frente ao Palácio das Araucárias, na qual se exigiu o fim da morosidade do Executivo na resolução das pautas dos trabalhadores. E não para por aí.

### Veja a seguir o cronograma de luta para este mês:

**28 de agosto** – Panfletagem, em todas as escolas da rede, da 'Carta aos Pais e à Comunidade'.

**29 de agosto** – Aulas de 30 minutos e debates nas escolas.

**30 de agosto** – Dia de Luto e de Luta da Educação do Paraná

09h – Concentração na Praça Santos Andrade  
10h – Caminhada em direção ao Palácio Iguaçu.  
14h30 – Assembleia Estadual da APP-Sindicato – Local: Sede Social do Paraná Clube, Avenida Presidente Kennedy, nº 2377 (entrada pela rua São Paulo), bairro Guaíra, Curitiba/PR



VALNÍSIA MANGUEIRA | APP-SINDICATO



- Agosto é mês de mobilização: no dia 7 (acima) e 16 a categoria foi às ruas para cobrar respostas do governo

## EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE

- **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Felipe Nunes de Alves (Interino) • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Denise Kelm Soares (7379-PR) e Valnísia Mangueira (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 40 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretaria Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretaria de Política Sindical • Walkiria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Felipe Nunes de Alves (interino) - Sec. Imprensa e Divulgação • Mario Sergio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretaria de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretaria de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretaria de Organização • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência.



@appssindicato



App Sindicato



YouTube APPSINDICATO